

## **DIPLOMA SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL SECRETARIA DO AMBIENTE DO ESTADO DE MASSACHUSETTS**

O diploma sobre Justiça Ambiental<sup>1</sup> representa um novo veículo no esforço feito pelo Estado para proteger o meio-ambiente e a saúde pública. O diploma reforça e melhora os esforços do Secretariado para ir de encontro aos mandatos legais existentes sob o Título VI da Acta Federal sobre Direitos Civis, datada de 1964, aplicável a todos os órgãos recipientes de assistência financeira federal, a qual abrange todos os secretariados estatais do ambiente. Aconselhado por uma comissão consultiva composta de entidades com competência na matéria, designada por Comissão Consultiva de Massachusetts sobre Justiça Ambiental (MEJAC – Massachusetts Environmental Justice Advisory Committee), o Secretariado através do novo do diploma encaminha recursos estatais para zonas compostas por números significativos de grupos minoritários, populações com conhecimentos limitados da língua Inglesa e concentrações de indivíduos com níveis de rendimento salarial baixos. Estes recursos asseguram às populações abrangidas pela plataforma sobre Justiça Ambiental, uma voz potente e activa nas decisões sobre o meio-ambiente, protecção total sobre regras e regulamentos ambientais, e aumenta ao mesmo tempo o acesso a investimentos que melhoram a qualidade de vida nestas comunidades, ao restaurarem recursos naturais degradados (espaços 21E) e ao melhorarem e planejam espaços verdes, e investirem na construção de uma cadeia de parques urbanos.

### **O que é Justiça Ambiental?**

Justiça Ambiental baseia-se no princípio de que todos os indivíduos têm direito à protecção contra a poluição do ambiente, e de viverem e usufruírem de um ambiente saudável e puro.

Justiça Ambiental representa igualdade de protecção e participação significativa de todos os indivíduos no que diz respeito ao desenvolvimento, implementação e cumprimento das leis, regulamentos e plataformas, e à distribuição equitativa de benefícios ambientais.

### **Quais são os resultados do diploma sobre Justiça Ambiental?**

O diploma faz com que a justiça Ambiental seja uma parte íntegra na implementação de todos os programas ambientais do estado, incluindo mas não se limitando à concessão de recursos financeiros, à promulgação, implementação e cumprimento das leis, regulamentos e plataformas, e às proviões de acesso tanto aos espaços verdes activos como aos passivos.

### **Como é que o diploma promove Justiça Ambiental?**

O diploma encaminha recursos do Secretariado para servir áreas com grandes concentrações de grupos minoritários ou com populações de rendimentos salariais baixos em Massachusetts, onde os residents provavelmente desconhecem ou estão impedidos de participar nas decisões ambientais ou de alcançar acesso aos recursos estatais sobre o ambiente. O diploma define populações abrangidas por Justiça Ambiental (usando estatísticas do recenseamento federal) como sendo os grupos abrangidos por uma ou mais alíneas do seguinte critério:

- O rendimento anual médio do agregado familiar é igual ou inferior a 65% do rendimento anual médio em Massachusetts; *ou*
- 25% dos residents pertencem a um grupo minoritário; *ou*
- 25% dos residents nasceram no estrangeiro, *ou*
- 25% dos residents têm conhecimentos limitados da língua Inglesa.

O mapa<sup>2</sup> sobre populações abrangidas por Justiça Ambiental mostra que muitas destas zonas estão localizadas em concentrações urbana de alta densidade populacional, próximas ou à volta de antigas estruturas industriais. Estas zonas compreendem apenas uma pequena parcela territorial do Estado (menos de 5%), mas é donde se concentra uma alta percentagem da população estatal (cerca de 29%). Estas zonas contêm ou encontram-se próximas de inúmeras estruturas contaminadas ou abandonadas e compreendem uma larga parte dos emissores de poluição no estado.

---

1 O texto completo do diploma (em Inglês) sobre Justiça Ambiental pode ser visto e copiado na internet, no seguinte endereço: <http://state.ma.us/envir/>

2 Mapas sobre Justiça Ambiental podem ser vistos e copiados na internet no seguinte endereço: <http://maps.massgis.state.ma.us/ej/ej.pdf>

### **Quais os serviços a serem prestados às populações abrangidas pelo diploma?**

Este diploma identifica um número específico de serviços a serem prestados às populações abrangidas, pelo Secretariado, suas agências e outras agências estatais relevantes.

*Aumento de Participação Pública/Informação:* Para melhorar as oportunidades dos residentes na participação das decisões ambientais, a plataforma recomenda dentro do Secretariado, a nomeação de um Director de Justiça Ambiental e Programas de Locais Degradados (Brownfields). O diploma requer que as agências agregadas ao Secretariado, preparem estratégias de participação pública, promovam programas de ensino sobre Justiça Ambiental, publiquem panfletos informativos sobre cada agência e seus programas em outras línguas além do Inglês, e iniciem a preparação de equipas para sessões regionais de informação sobre justiça Ambiental. Estas equipas terão reuniões com residentes e organizações comunitárias, a fim de assistir as respectivas agências na prestação de serviços e dispensa de recursos.

*Minimização de Riscos:* Para minimizar os riscos às populações, o diploma exige que as agências agregadas ao secretariado foquem a sua assistência técnica sobre cumprimento e policiamento da lei, dando prioridade às populações abrangidas pela Justiça Ambiental, a fim de assegurar que todas as estruturas físicas existentes naquelas zonas estão em cumprimento com todas as leis e regulamentos ambientais vigentes. Para fazer frente aos problemas de aumento de risco por emissores de poluição projectados, o diploma exige que a Massachusetts Environmental Policy Act (MEPA) faça uma revisão ambiental mais detalhada sobre novos projectos projectos emissores de poluição do ar, ou expansão de estruturas existentes, e sobre estruturas de recolha de lixo e resíduos sólidos localizados em zonas residênciais.

*Encorajamento de Investimentos:* Para encorajar investimento no crescimento económico destas zonas, especialmente onde existe a oportunidade de decontaminar um local e encorajar o seu uso de uma maneira mais limpa e produtiva, o diploma indica métodos, segundo os quais MEPA reconhece projectos de remediação como ecologicamente benéficos, reduzindo ou eliminando a necessidade de uma revisão por parte de MEPA. O diploma explica também o processo que MEPA deve utilizar para expedir mais rapidamente a revista sobre projectos de desenvolvimento de locais degradados que oferecem oportunidades de decontaminação, e colocam esses locais em uso limpo e produtivo.

*Infusão de Recursos Estatais:* Através deste diploma, o Secretariado do Ambiente expande o seu esforço sobre locais degradados, apoiando a nível do Estado o desenvolvimento de um inventário de Estruturas Comerciais e Industriais Subdesenvolvidas, e compromete-se no ano fiscal de 2003 a dispender cerca de 1 milhão de dólares em fundos capitais do Secretariado, para apoiar o estudo e limpeza de locais 21E localizados em comunidades abrangidas pelo diploma sobre Justiça Ambiental. Exige também que o Secretariado e as suas agências incorporem Justiça Ambiental como um dos critérios para adjudicação de assistência técnica, subsídios, e investigações sobre locais 21E em zonas abrangidas por Justiça Ambiental. Por ultimo, o diploma promove projectos de desenvolvimento económico que contenham práticas de produção menos poluentes, em zonas onde residam populações abrangidas por Justiça Ambiental, e foca recursos de espaços verdes a fim de mais facilmente criar, restaurar, e manter espaços verdes em zonas onde residem populações abrangidas pelo diploma sobre Justiça Ambiental.